

LEI Nº 745

**CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito Municipal de Angelina, Mauro Jonck, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
Dos Objetivos

Art. 1º: Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito Municipal.

Art. 2º: Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - definir as prioridades da política de assistência Social;
- II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
- IV - atuar na formulação de estratégias e controle da execução da política de assistência social;
- V - propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias no Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI - acompanhar critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar, os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do Município;
- VIII - definir critérios de qualidade, para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;
- IX - definir critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;
- X - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XIII - convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema; e

XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os gastos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e do Funcionamento

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 3º: O CMAS terá a seguinte composição:

I - do Governo Municipal:

- a) representante(s) da Secretaria de Assistência Social ou órgão equivalente;
- b) representante(s) do órgão de Educação;
- c) representante(s) do órgão de Saúde;
- d) representante(s) do órgão de Finanças;

II - representante(s) dos prestadores de serviço da área:

- a) representante(s) de Creches;
- b) representante(s) de Instituições de atendimento à criança e/ou adolescente;

III - representante(s) dos profissionais da área

- a) representante(s) dos Psicopedagogos;
- b) representante(s) dos Sociólogos;
- c) representante(s) dos Assistentes Sociais

IV - dos Usuários:

- a) representante(s) das Entidades ou Associações Comunitárias;
- b) representante(s) dos Sindicatos ou Entidades de Trabalhadores;
- c) representante(s) das Associações de Portadores de Deficiência;
- d) representante(s) de Associações de Idosos;
- e) representante(s) dos Sindicatos e Entidades Patronais;

_ 1º - Cada titular CMAS, terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

_ 2º - somente será admitida a participação no CMAS, de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

_ 3º: - as somas dos representantes que tratam os incisos II, III e IV do presente artigo não será inferior a metade do total de membros do CMAS.

Art. 4º: Os membros efetivos e suplentes do CMAS, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - da autoridade estadual ou federal correspondente quanto às respectivas representações;

II - do único representante legal das entidades nos demais casos.

1º - Os representante do Governo Municipal, serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º: A atividade dos membros do CMAS, reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 03 (três) reuniões consecutivas ou intercaladas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;

IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na Sessão Plenária;

V - as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

SEÇÃO II

Do Funcionamento

Art. 6º: O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio e obedecendo as seguintes normas:

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinária a cada mês ou extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 7º: A Secretaria Municipal de Educação, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º: Para melhor desempenho de suas funções, o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades - membros do CMAS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º: Todas as sessões do CMAS, serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

_ único: as resoluções do CMAS, bem como todos os temas tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla sistemática e divulgação.

Art.10º: O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da Lei.

Art.11º: A Secretaria Municipal, cuja competência estejam afetas as atribuições objetos da presente Lei, passará a chamar-se Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art.12º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 07 de abril de 1997.

MAURO JONCK
Prefeito Municipal